



CATÓLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
E PSICOLOGIA

---

PORTO

# ATITUDES DE CIDADÃOS PORTUGUESES FACE AO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

*Francisca Cardoso de Matos Fernandes*

Porto, Janeiro de 2019



CATÓLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
E PSICOLOGIA

---

PORTO

# ATITUDES DE CIDADÃOS PORTUGUESES FACE AO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

*Francisca Cardoso de Matos Fernandes*

Trabalho efetuado sob a orientação de  
Professora Doutora Mariana Reis Barbosa

Porto, Janeiro de 2019

## **Agradecimentos**

À professora Mariana, por toda a força, apoio e orientação ao longo deste percurso. Sem dúvida que me transmitiu os conhecimentos e ajuda necessária para a concretização deste estudo.

Aos meus pais, por todo o apoio incondicional, motivação, paciência (muita paciência) e compreensão ao longo deste percurso. Vocês foram o meu pilar. Obrigada por estarem sempre presentes.

À minha família. Aos meus irmãos, tios e avós, por todas as palavras de apoio e força que fui sempre precisando.

À Inês, a amiga que se mostrou sempre disponível em momentos de dúvida. Obrigada por toda a orientação e força.

Às minhas amigas, Joana, Catarina, Maria João, Maria Ana, Joana e Catarina. Vocês são as melhores. Crescer ao vosso lado foi do melhor que me aconteceu. Obrigada por tudo.

Aos amigos do abraço, Joana, Patrícia e Tiago que estiverem sempre presentes com palavras de apoio, força e ajuda quando foi preciso. Esta etapa não tinha sido a mesma sem a vossa presença.

Aos meus amigos peixinhos, obrigada por toda a paciência, cafés, risos, força, mas principalmente por estarem sempre presentes. Vocês são fantásticos. Just keep swimming!

À Joana e à Rute, por todos os momentos de confiança, partilha e cumplicidade. Obrigada por toda a força e motivação.

Ao Júlio, por nunca me teres deixado desistir. Um obrigado pela paciência, apoio, todos os momentos em que me fizeste rir, mas principalmente, pela amizade.

*“O Papalagui tem uma maneira de pensar particularmente confusa. Está sempre a ver como é que isto ou aquilo lhe poderá ser útil ou dar-lhe certos direitos. Não se preocupa em pensar nos homens em geral, mas apenas num, o qual acaba sempre por ser ele próprio.*

*(...) se refletisse bem, saberia que aquilo que não estamos aptos a guardar nos não pertence, e que, no fundo, nada há que possamos conservar . Perceberia então que se Deus nos deu o seu vasto reino, foi para que todos nele tivéssemos lugar e aí vivéssemos felizes.”*

(O Papalagui, 2007)

## Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Enquadramento teórico .....</b>	<b>2</b>
<b>3. Método.....</b>	<b>10</b>
<b>3.1. Objetivo .....</b>	<b>10</b>
<b>3.2. Amostra .....</b>	<b>10</b>
<b>3.3. Instrumento.....</b>	<b>11</b>
<b>4. Procedimento e recolha de dados.....</b>	<b>12</b>
<b>4.1. Análise e Tratamento dos dados .....</b>	<b>12</b>
<b>5. Resultados .....</b>	<b>13</b>
<b>6. Discussão .....</b>	<b>28</b>
<b>7. Conclusões e Limitações .....</b>	<b>30</b>
<b>8. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>32</b>
<b>9. Anexos .....</b>	<b>38</b>

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**CPR** – Conselho Português para Refugiados

**PAR** – Plataforma de Apoio a Refugiados

**ACNUR** – Alto Comissariados das Nações Unidas para os Refugiados

**ACM** – Alto Comissariado para as Migrações

**OM** – Observatório das Migrações

## **Lista de anexos**

### **Anexo 1. Questionário Atitudes**

## **Resumo**

O presente estudo, de natureza quantitativa, tem como principal objetivo analisar as atitudes dos cidadãos portugueses relativamente ao acolhimento de refugiados em Portugal. Para tal, foram recolhido dados junto de uma amostra de 212 cidadãos de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos de idade, através de um questionário construído de raiz, com os seguintes objetivos específicos: perceber se os participantes são favoráveis ao acolhimento em Portugal, explorando a influência de dimensões como a etnia, a nacionalidade, a cultura e a religião; analisar a opinião dos participantes relativamente à atitude da sociedade civil portuguesa face aos refugiados, no que concerne ao respeito pelo costume e tradições dos acolhidos, e ao apoio na sua integração; analisar a opinião dos participantes relativamente aos refugiados acolhidos em Portugal, no que concerne à sua atitude face aos portugueses e face ao país de acolhimento, ao seu nível de integração em Portugal, e ao respeito pelos costumes e cultura portuguesa; perceber se os participantes associam a proveniência dos refugiados a diferentes tipos de ameaças (à segurança, económica, cultural, e religiosa); analisar a opinião dos participantes relativamente a grupos específicos de refugiados (e.g. Médio Oriente); perceber se existem diferenças ao nível das atitudes dos participantes face ao acolhimento de refugiados, em função da sua convivência, ou não, com os mesmos. Os resultados revelam que os participantes são maioritariamente favoráveis ao acolhimento de refugiados em Portugal, independentemente da etnia, nacionalidade, cultura e religião dos mesmos. Não obstante, verifica-se a influência destas variáveis nas atitudes dos participantes relativamente ao acolhimento de refugiados, mediando a perceção de ameaça reportada pelos participantes. Os resultados deste estudo permitem-nos ainda constatar que a convivência com refugiados influencia positivamente as atitudes dos participantes face ao acolhimento.

**Palavras-chave:** refugiados, cidadãos portugueses, acolhimento, atitudes.



## **Abstract**

The presente study, through the method of quantitative research, has the main goal of analyzing the positions of portuguese citizens regarding refugees shelter in Portugal. Therefore, it was collected a sample of 212 subjects with portuguese nationality, with the ages between 17 and 65 years old. The main porpuse is to uderstand which are the positions of the portuguese citizens regarding refugees shelter, in Portugal, through a survey, built within the purpose of this study, with the following specific goals: to understand if the participants are favorable towards refugees shelter in Portugal, exploring the influence of dimensions, such as ethnicity, nationality, culture and religion; analyze the point of view of the participants regarding the position of portuguese society towards refugees, concerning the respect of habits and traditions of the homecoming country citizens, as well as their integration; analyze the participants opinion towards the refugees already installed in Portugal, regarding their position towards portugueses citizens and Portugal, exploring dimensions as their level of integration in Portugal, and their respect by the portugueses habits and culture; understand if the participants link refugees country of origin to differente types of threat (towards security, economics, culture and religious); analyze the participants position towards specific groups of regugees (e.g. Middle East); understand if there are diferences in the positions of the participants regarding refugees integration, relating to the existence, or absence, of contact with refugees. The results reveal that the participants are mostly favorably towards the integration of refugees, regardless dimensions, such as their ethnicity, nationality, culture and religion. It was also inquired that the threats previously mentioned, have a significant influence in the participants position towards the refugees shelter. The resulst of this study allow us to verify that that the contact with refugees can be a positive influence regarding the participants positions towards refugees integration in Portugal.

Keywords: refugees, portuguese citizens, shelter, positions.

## 1. Introdução

Em 2015 assistiu-se na União Europeia a um fluxo sem precedentes de refugiados que fogem de guerra, de perseguições e da pobreza extrema. Aquela que tem sido denominada de ‘crise de refugiados na Europa’ é reflexo de uma crise humanitária mundial que atingiu um pico no número de deslocações forçadas superior ao verificado na Segunda Guerra Mundial: 65.6 milhões de deslocados no final de 2016, de acordo com a Organização das Nações Unidas (UN Global Trends Report, 2017). Neste sentido, assiste-se a uma violação dos direitos humanos das pessoas que são forçadas a saírem dos seus espaços pessoais, dos seus países de origem, arriscando as suas vidas (nos difíceis percursos/travessias que têm que enfrentar até conseguirem encontrar alguma estabilidade e segurança) sendo que o fazem em situações de grande fragilidade física e emocional (PAR, 2018). Será importante perceber que ser refugiado não é uma opção, é viver no exílio e necessitar de outros para a sua sobrevivência.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos seus artigos 3º, 13º e 14º, recomenda-se o reconhecimento da dignidade inerente a cada ser humano, nomeadamente o direito à liberdade, à justiça e paz mundial. Assim, é postulado no artigo 3º da dita Declaração que *“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”*; também de acordo o artigo 13º: *“Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado”*, e por fim *“Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”*, referido no 14º artigo. Apesar de estes direitos serem recomendados nem todos países os respeitam, levando por vezes a situações em que refugiados são obrigados a regressar aos seus países de origem. Neste sentido, importa salientar o direito a não ser forçado a regressar ou a ser exposto a situações em que a sua vida ou liberdade possa ser ameaçada. Este é o princípio da *“proibição de expulsar e repelir”*, consagrado no artigo 33º da Convenção de Genebra (1951).

Segundo a literatura, as interações entre os membros da sociedade estão condicionadas pelas impressões que cada indivíduo tem acerca do (s) outro (s). Estas impressões são influenciadas por dois fatores fundamentais, que são a cultura de origem dos indivíduos, e as mudanças que podem ser introduzidas, pela mesma, através do contato e interação entre os diferentes membros (Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006). Neste sentido, a promoção de atitudes positivas face este grupo particularmente vulnerável, nos cidadãos dos

países de destino dos requerentes de asilo, é fundamental para a resolução desta crise humanitária.

## **2. Enquadramento teórico**

Embora existam múltiplos estudos e pesquisas em relação às atitudes dos indivíduos relativamente à imigração, a informação existente em relação aos refugiados não é tão facilmente encontrada. No que concerne à opinião pública, de certa forma esta tende a ser mais positiva relativamente à integração de refugiados (Hatton, 2017). Os pedidos de asilo e proteção internacional fazem parte de um processo que visa determinar se o indivíduo é qualificado para ser reconhecido como refugiado. Assim, de acordo com a Convenção de Genebra (1951), define-se no artigo 1º da dita convenção, o termo "refugiado como aquele que “ (...) em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar” (Convenção de Genebra, 1951). Partindo desta definição de refugiado, é pertinente realçar que o estatuto de refugiado postulado na Convenção de Genebra é atualmente problematizado por vários académicos e juristas, que o consideram pouco esclarecedor e inclusivo, ao não contemplar muitos dos acontecimentos (e.g. alterações climáticas) que levam a que os indivíduos sejam obrigados a deslocar-se para sobreviverem (Haddad, 2004).

### ***Fluxo migratório das populações refugiadas***

A atual emergência do grande fluxo migratório é resultante do conflito civil armado na Síria, na expansão do autoproclamado Estado Islâmico e na proliferação de conflitos nos países do Norte de África (Costa e Teles, 2017). Porém, o fenómeno da imigração tem origens bastante antigas, bem como a noção de fuga através das fronteiras, que acontece desde a evolução das fronteiras internacionais e do próprio sistema de estados de transição. (Helton, 2002).

O aumento do número de refugiados provocou inevitavelmente um aumento das rotas migratórias. A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex, 2018) identificou em 2017 oito rotas: África Ocidental; Mediterrâneo Ocidental; Mediterrâneo Central; Apúlio e

Calábria; Balcãs Ocidentais; Mediterrâneo Oriental; Fronteiras Orientais; e o percurso circular da Albânia para a Grécia. Devido à localização geográfica dos mesmos, a Grécia e Itália são os principais destinos dos indivíduos que procuram chegar à União Europeia (EU). No entanto, o crescimento do número de refugiados dificultou a capacidade de dar resposta a todos os pedidos de asilo, sendo necessário mobilizar a solidariedade dos restantes países da EU (Costa e Teles, 2017). Surge então a necessidade de se criar uma política comum, que no entanto enfrenta vários obstáculos, sendo de destacar o fato de o sistema existente “obrigar” a que os migrantes realizem travessias marítimas ou terrestres, ambas arriscadas, de forma a terem acesso a um incerto estatuto de refugiado, que é ineficaz e carece de apoio público (Hatton, 2017). É essencialmente o perigo associado a algumas dessas travessias, que agrava os riscos inerentes a qualquer processo de fuga, visto que a maior parte das travessias são organizadas por grupos ilegais e através de embarcações desadequadas e sobrelotadas (Costa e Teles, 2017). Torna-se cada vez mais importante a criação de um canal migratório legal, que por sua vez possibilite o transporte dos refugiados com a devida segurança e dignidade (Costa e Teles, 2017).

Segundo Hatton (2017), existem algumas áreas a considerar para o desenvolvimento de novas políticas europeias comuns, que passam por um aumento do controlo fronteiriço dos migrantes em situação irregular e, concomitantemente, por um reforço na seleção de indivíduos que carecem de proteção humanitária. Relativamente às políticas de acolhimento, estas deveriam ser reorientadas para um programa mais abrangente, que dê prioridade aos indivíduos com as necessidades de proteção mais urgentes, sendo de igual modo necessário um maior apoio para aqueles que permanecem nos campos de refugiados. A capacidade de acolher refugiados na União Europeia deveria ser expandida através de uma cooperação reforçada entre os países-membros (Hatton, 2017).

### ***O acolhimento de refugiados***

Uma política de acolhimento deve abranger essencialmente os cuidados a nível de direitos humanos, mas também a nível político, visto que os interesses do Estado e aplicação de uma determinada lei em cada país, podem sofrer enviesamentos, limitando a proteção e assistência humanitária necessárias (Sousa & Costa, 2016)

As políticas governamentais, que incluem políticas de imigração, asilo e integração de natureza económica e social, influenciam as opiniões da sociedade civil em relação aos migrantes e aos refugiados. A questão da imigração, do asilo e do acolhimento, é essencialmente definida a nível nacional (sem descurar acordos internacionais (Overseas

Development, 2017). Já a política de asilo, regula principalmente aqueles que pretendem obter proteção internacional, segundo o estatuto de refugiado estabelecido na Convenção de 1951. Para além disso, as políticas de integração são responsáveis pelos processos através dos quais os imigrantes e refugiados são incluídos nos países de acolhimento (Overseas Development, 2017). Este tipo de estratégias políticas tem um impacto direto sobre a população acolhida, principalmente sobre aqueles que solicitam refúgio, tendo em conta que chegam geralmente em condições mais vulneráveis, comparativamente aos imigrantes (Hynie, 2018).

O asilo/refúgio pode ser procurado principalmente sobre condições humanitárias, incluindo também desastres ambientais, sendo que o acesso à proteção sobre a Convenção de 1951 é iniciado através do pedido de reconhecimento do estatuto de refugiado. Aqueles que reivindicam refúgio, devem aguardar até os seus pedidos serem aprovados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ou pelo país de acolhimento onde que estão a solicitar o pedido, sendo que nunca lhes é inicialmente garantida uma proteção internacional a longo prazo. No entanto, as maiores restrições de asilo são encontradas nos campos para refugiados, tendo em conta que estes são organizados para orientar situações de crise e facilitar a distribuição de bens, bem como a gestão de uma grande população, durante curtos períodos de tempo (ACNUR, 2017).

O maior conflito na construção de políticas internacionais que apoiem as soluções de permanência a longo prazo, acontece a nível dos desafios encontrados em incentivar políticas nacionais e locais, que apoiem refugiados à medida que estes se tentam integrar nos países de acolhimento. Para além disso, estas políticas, podem afetar diretamente o acolhimento, através do aumento ou limitação dos acessos, mas também indiretamente, nos ambientes sociais em que estes vão sendo integrados, influenciando o grau de acolhimento, no sentido de poderem ser mais, ou menos acolhedores (Hynie, 2018).

### ***O acolhimento a nível nacional***

A integração de refugiados em Portugal, apesar do seu cariz nacional, acontece essencialmente a nível local, sendo extremamente necessário integrar as comunidades de acolhimento neste processo. Pretende-se promover a criação de “laços” através de programas de formação visando a aceitação das diferenças culturais e religiosas, bem como sensibilizar as populações para os riscos e os perigos vividos pelas populações refugiadas (Sousa e Costa, 2016).

Devido ao aumento do fluxo de refugiados, Portugal criou em 2015 um grupo de trabalho - *Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações*, para proceder ao levantamento dos recursos existentes a nível nacional. Este grupo de trabalho é coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), contando com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Em 2015, o ACM passou a assumir também competências nas áreas da integração dos refugiados recolocados e reinstalados em Portugal. Posteriormente, foi criado também em 2015 o Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados que viria a tornar-se em 2017, por decisão do Conselho Diretivo do ACM, no *Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados* (NAIR). Recentemente, de acordo com as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018, está prevista a transferência de responsabilidades relativas ao acolhimento de pessoas refugiadas no âmbito do programa de recolocação e de reinstalação de refugiados da Turquia, no âmbito da *Agenda Europeia das Migrações*, do SEF para o ACM, mediante protocolo a oficializar entre as duas entidades (ACM, 2018). Atualmente, as maiores estruturas institucionais encarregues da coordenação e encaminhamento dos processos de acolhimento são a Plataforma de Apoio a Refugiados (PAR), criada em 2015, e o Conselho Português para os Refugiados (CPR), criado em 1951. Estas estruturas permitem o envolvimento do cidadão comum no processo de integração (Costa e Teles, 2017).

### ***Contexto Legal***

Segundo um estudo realizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para a Rede Europeia das Migrações existem *quatro estatutos de proteção não harmonizada* na legislação portuguesa (ACM, 2018). Destes, destacamos apenas dois, por nos parecerem mais relevantes para o estudo em questão. O estatuto de refugiado permite que a concessão de asilo seja fundamentada na existência de perseguição ou ameaça de perseguição em consequência da sua atividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana (n.º 8 do art.º 33 da Constituição da República Portuguesa e n.º 1 do art.º 3 da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho). O segundo estatuto indicado no mesmo estudo refere-se à proteção subsidiária por razões humanitárias, sendo que esta é atribuída a quem não for aplicável a concessão do direito de asilo, em razão da existência de constante violação de Direitos Humanos nos seus países de origem ou onde tinham residência habitual (n.º 1 do art.º 7 da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho) (ACM, 2018).

A lei do asilo em Portugal é a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos

de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária. No entanto, esta sofreu alterações na Lei n.º 26/2014, de 5 de maio de forma a incluir as mais recentes diretivas europeias (Diretiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro; a Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho; e a Diretiva 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho). Em Portugal, sempre que o estatuto de refugiado é concedido a um estrangeiro, o requerente é autorizado a permanecer em território nacional, conforme determinado pela legislação internacional e posteriormente integrada na lei portuguesa. Os requerentes do estatuto de refugiado e de proteção subsidiária estão sujeitos aos mesmos direitos e deveres dos estrangeiros residentes em Portugal. Encontra-se também em vigor a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que diz respeito à cedência de proteção temporária (ACM, 2018).

Encontra-se também em vigor a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, apoiada numa diretiva europeia, que diz respeito à cedência de proteção temporária em situações de um fluxo massivo de pessoas deslocadas. Para além disso, também inclui medidas para assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-membros relativamente ao acolhimento, e a suportarem as consequências decorrentes do mesmo (ACM, 2018).

### ***Posicionamentos gerais acerca do acolhimento***

Os países da UE diferem em termos de posicionamento em relação à imigração, sendo esse um dos principais motivos para a criação de uma solução consertada a todos os países membros (Bordignon & Moriconi, 2017). Tal solução e criação ou revisão de novas medidas são extremamente necessárias, visto que existe uma grande probabilidade de continuarem a surgir crises, maioritariamente devido às diferenças económicas e demográficas entre a UE e os países vizinhos (Bordignon & Moriconi, 2017). No entanto, os cidadãos dos países anfitriões percecionam os imigrantes como uma ameaça, pelo que tendem a ter atitudes negativas em relação à sua integração na UE (Lubbers and Coenders, 2017). Através da análise realizada pelo European Social Survey (2017) concluiu-se que entre 2002/03 e 2014/15, as atitudes face aos imigrantes e à imigração, dentro de alguns países europeus, parecem conotar-se por uma maior abertura e atitude positiva em relação aos mesmos. Assim sendo, os países onde se verifica um forte consenso (acima de 70%) a favor da imigração são a Suécia, a Noruega e a Alemanha. No entanto, há países onde se verifica uma maior oposição à imigração (acima de 70%), tais como a Hungria e a República Checa. Especificamente em Portugal, verifica-se que cerca de 56% da população revela atitudes mais favoráveis à imigração e cerca de 44% atitudes menos favoráveis. (European Social Survey, 2017).

### ***Possíveis ameaças/barreiras ao acolhimento***

Perante a integração da população refugiada, há que ter em consideração a questão das atitudes das diferentes comunidades de acolhimento. A realidade existente em termos de políticas de asilo e experiências de acolhimento de refugiados nos diferentes países europeus é bastante variada, o que se reflete, por sua vez, na opinião pública relativamente ao acolhimento de refugiados (Hatton, 2015).

Crawley (2005) estudou as atitudes dos indivíduos em relação à população refugiada, sendo que as mesmas podem ser influenciadas por diversos fatores, tais como, demográficos (por exemplo, idade, sexo, raça), económicos (por exemplo, renda), sociais e culturais (tal como a religião, os *media*, outras fontes de informação, normas, etnia, estilo de vida), psicológicos (tipo de personalidade, entre outros), e ainda os fatores de nível político e geográfico. A literatura científica sobre o tema tem ainda concluído que a idade, o género, a educação, o estatuto socioeconómico e as opiniões políticas, são os fatores tendencialmente mais influenciadores das atitudes em relação ao acolhimento de refugiados (McKay et al., 2012).

Segundo a *Theory of prejudice* (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005) existem quatro tipos principais de ameaças sentidas pelos anfitriões, em relação à integração de população refugiada. Estas distinguem-se entre ameaças *realistas*, ameaças *simbólicas*, *ansiedade intergrupar* e *estereótipos negativos*, que podem atuar como antecedentes dos preconceitos e estereótipos criados nas relações interculturais (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005).

As *ameaças realistas* estabelecem-se quando existe um desafio em relação ao bem-estar da maioria. Estas dizem respeito ao perigo sentido em relação à estabilidade económica, política, ou até mesmo o bem-estar físico da população (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005). Por exemplo, em tempos de dificuldades económicas, mas não só, podem ser sentidas ameaças em relação à escassez dos recursos (como os empregos, cuidados médicos, entre outros), sendo assim categorizadas como realistas, visto que afetam diretamente a empregabilidade e o bem-estar da comunidade anfitriã (Murray & Marx, 2013). Os autores Stephan e Stephan (1996) comprovaram que as ameaças realistas são preditores mais fiáveis de atitudes pejorativas, do que por exemplo, o etnocentrismo, o autoritarismo ou a autoestima.

Relativamente às *ameaças simbólicas*, estas podem representar desafios em relação às práticas moralistas, valores e identidade assumida da comunidade anfitriã. Questões como



diferenças culturais ou de cariz religioso são categorizadas como simbólicas, pois ameaçam os ideais e costumes das comunidades de acolhimento (Murray & Marx, 2013).

As ameaças percebidas como realistas e simbólicas tendem a aumentar a ansiedade (intergrupar) e influenciar tensões (intergrupais), podendo provocar conflito e consequentemente, discriminação (Murray & Marx, 2013). Tendo em conta que a *ansiedade intergrupar* se refere à experiência de se ser pessoalmente ameaçado em determinadas interações sociais, por membros fora do grupo, esta tende a provocar sensações negativas como a rejeição, vergonha e ridicularização (Stephan & Stephan, 1996).

Para além das três ameaças principais sentidas relativamente à integração de população refugiada, enunciadas anteriormente, os *estereótipos negativos* são vistos como uma quarta ameaça e são definidos como ameaças implícitas realizadas pela (s) comunidade (s) de acolhimento (endogrupo), em relação aos membros de fora do grupo (exogrupo) e mais concretamente em relação às expectativas comportamentais destes (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005). Se os membros do exogrupo forem percebidos como violentos, desonestos ou “pouco inteligentes”, são esperadas que as interações com estes sejam tendencialmente negativas e, consequentemente, a comunidade anfitriã irá assumir uma postura/atitude negativa. São assim criados os *estereótipos negativos* (Stephan & Stephan, 1996). Noutra perspetiva, os estereótipos resultam de mecanismos, quase automáticos e muitas vezes de repetição, que indivíduos que sejam menos reflexivos, adotam automaticamente, de acordo com os hábitos sociais em que foram sugestionados (Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006).

Tendo em conta os diferentes tipos de ameaças descritas, Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow e Ryan (2005), concluíram no seu estudo realizado com participantes australianos, que as ameaças do tipo *realista* e *simbólico* estão fortemente relacionadas com as atitudes em relação aos refugiados. Os resultados indicam que os participantes expressam atitudes depreciativas, quando pressentidas ameaças em relação aos recursos económicos, culturais e valores dominantes. Desta forma, os autores constataram que as ameaças realistas fazem parte do grupo de melhores preditores das atitudes pejorativas em relação ao acolhimento de refugiados. (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005).

Um estudo de Murray e Marx (2013) demonstrou que existem diferenças significativas nas atitudes e crenças em relação a grupos de imigrantes distintos, que variam dependendo das características demográficas dos indivíduos. Este estudo evidenciou com consistência que as

ameaças realistas e a ansiedade intergrupar são as variáveis que mais influenciavam as atitudes dos participantes (Murray & Marx, 2013). Num estudo conduzido por Stephan e Stephan (1996) verificou-se que apesar de os quatro tipos de ameaças supramencionadas poderem contribuir para aumentar o preconceito face a *outsiders*, as relações intergrupais também o podem potenciar. Desta forma, se os grupos se encontrarem numa situação de conflito, esta pode conduzir a um aumento de atitudes pejorativas (Stephan & Stephan, 1996).

### ***Convivência com população refugiada***

A *Contact Theory*, desenvolvida por Gordon Allport, nos anos 50, introduz uma forma de reduzir o preconceito e o conflito, dentro de grupos sociais, de grande ou pequena dimensão. Segundo a mesma teoria, criada a oportunidade de os indivíduos poderem comunicar entre si, estes serão mais aptos a compreender o outro, no sentido de perceberem que existem diferentes pontos de vista e, conseqüentemente, a uma redução do preconceito e ao aumento de atitudes positivas face ao outro (Allport, 1954).

No que diz respeito à população refugiada, esta teoria ajuda a concluir que as atitudes coletivas podem ser reformuladas e até mesmo melhoradas, se for incentivado o contato entre refugiados e os cidadãos dos países de acolhimento (Overseas Development, 2017). Dentro do Reino Unido, existem várias organizações a tentarem pôr em prática a *Contact Theory*. Por exemplo, Citizens UK é um grupo comunitário que tenta mobilizar os cidadãos a terem um papel ativo na ajuda para com os refugiados em aspetos como determinados tópicos como a habitação, segurança pública, empregabilidade e racismo. Para além disso, o mesmo grupo deu início a um novo movimento, em 2015, intitulado de *Refugees Welcome*, que tem como objetivo principal reunir grupos de refugiados e migrantes em comunidades de acolhimento, para que lhes seja disponibilizada a ajuda necessária para se integrarem, envolvendo pequenas discussões acerca das políticas dos refugiados (Overseas Development, 2017).

No entanto, a literatura sugere que o contato deve acontecer mediante determinadas condições, já que se for de curto prazo e/ou negativo, o seu efeito pode ser acentuar as atitudes negativas existentes, ao invés de as modificar (Overseas Development, 2017). Rutland, Brown & Douch (2006) através de um estudo realizado no Reino Unido, com crianças entre os cinco e onze anos de idade, apontaram a eficácia do contato prolongado, como uma intervenção que ajuda a reduzir as atitudes negativas das mesmas em relação aos refugiados, assumindo-se, assim, como uma ferramenta útil na redução do preconceito em crianças. No mesmo sentido, Cameron, Rutland, Hossain e Petley (2011) concluíram também, através de um estudo realizado

com crianças entre os seis e os onze anos de idade, que o contato prolongado é gerador de atitudes mais positivas para com os refugiados.

### **3. Método**

#### **3.1. Objetivo**

O presente estudo, de natureza quantitativa, tem como principal objetivo analisar as atitudes dos cidadãos portugueses relativamente ao acolhimento de refugiados em Portugal.

##### ***Objetivos específicos***

- Perceber se os participantes são favoráveis ao acolhimento de refugiados em Portugal, explorando a influência de dimensões como a etnia, a nacionalidade, a cultura e a religião.
- Analisar a opinião dos participantes relativamente à atitude da sociedade civil portuguesa face aos refugiados, no que concerne ao respeito pelo costume e tradições dos acolhidos, e ao apoio na sua integração.
- Analisar a opinião dos participantes relativamente aos refugiados acolhidos em Portugal, no que concerne à sua atitude face aos portugueses e face ao país de acolhimento, ao seu nível de integração em Portugal, e ao respeito pelos costumes e cultura portuguesa.
- Perceber se os participantes associam a proveniência dos refugiados a diferentes tipos de ameaças (à segurança, económica, cultural, e religiosa)
- Analisar a opinião dos participantes relativamente a grupos específicos de refugiados (e.g. Médio Oriente)
- Perceber se existem diferenças ao nível das atitudes dos participantes face ao acolhimento de refugiados, em função da sua convivência, ou não, com os mesmos.

#### **3.2. Amostra**

Para o presente estudo foi recolhida uma amostra de 212 cidadãos portugueses. No que diz respeito à idade dos participantes, a mesma varia entre um mínimo de 17 e um máximo de 65 anos, sendo que a média se encontra nos 35 anos. Do total dos participantes, estimou-se que a maioria (65%) pertence ao sexo feminino e 33%, ao sexo masculino.

Em relação às habilitações académicas, segundo os dados recolhidos, predominam os participantes com o grau de Licenciatura (55,7%), sendo que 23,1% dos restantes possuem

Mestrado, 18,9% concluíram o Ensino Secundário, 0,5% concluíram o Ensino Básico e 1,9% tem o grau correspondente ao Bacharelato.

No que concerne a situação profissional, a maioria dos participantes encontra-se empregada (68,9%), seguindo-se 28,8% de estudantes, sendo que os restantes se distribuem em 1,9% em situação de desemprego e 0,5% são reformados. Dos 212 participantes, verificou-se que 13,6% conviveram pessoalmente com refugiados, correspondendo exatamente a 29 participantes.

Como critério de inclusão estabeleceu-se a nacionalidade portuguesa e uma idade mínima de 18 anos, para responder ao questionário. Relativamente ao tipo de amostragem, este estudo realizou-se através de uma amostragem de conveniência. A amostragem por conveniência consiste num método de amostragem não probabilística, através do qual se recolhem dados de membros da população que se encontram disponíveis para participar num estudo (Edmonds e Kennedy, 2017). Este método tem como principais vantagens a facilidade em se aceder à amostra e os dados podem ser recolhidos num curto espaço de tempo, se necessário. No entanto, como principal desvantagem encontram-se os possíveis enviesamentos na seleção dos participantes, por não serem selecionados completamente ao acaso (Edmonds e Kennedy, 2017).

### **3.3. Instrumento**

O instrumento de investigação foi construído de raiz, e intencionalmente para o presente estudo, sendo que para a elaboração do mesmo foi tida em conta a pesquisa bibliográfica anteriormente mencionada no enquadramento teórico, e questionários internacionais, também estes com o intuito de avaliar as diferentes atitudes existentes perante a população refugiada, tendo como base para a sua construção, a escala tipo Lickert. A elaboração deste questionário tornou-se uma necessidade, visto que a investigação científica em Portugal, relativamente ao acolhimento de refugiados, é bastante escassa.

O instrumento é essencialmente constituído por duas partes distintas, sendo que a primeira engloba informações sociodemográficas dos participantes, seguindo-se uma questão aberta acerca da convivência pessoal com população refugiada, em que é pedido aos participantes que expliquem as circunstâncias particulares em que esse contato ocorreu.

Relativamente à segunda parte do questionário, a mesma é constituída seis secções, compostas por itens classificados numa escala Lickert de 5 pontos, sendo solicitada aos participantes a avaliação das respostas relativamente ao grau de concordância com as afirmações (desde: 1 - discordo totalmente até 5 - concordo totalmente). Essas afirmações são baseadas nos possíveis posicionamentos relativamente às diferentes situações que concernem o acolhimento em Portugal, bem como à população refugiada em si. São então expostos cenários que implicam considerações acerca dos processos de acolhimento em vigor, mas também questões acerca de grupos específicos de refugiados e das ameaças sentidas a nível *económico, segurança, cultural e religioso*.

#### **4. Procedimento e recolha de dados**

Foi solicitado aos participantes que respondessem ao questionário entre Março e Julho de 2018. Para a divulgação e preenchimento do instrumento descrito anteriormente, recorremos à *Internet*, dado ser a forma mais eficaz, quer a nível de acesso por parte dos participantes, quer na rapidez das respostas ao mesmo.

Após a construção do questionário utilizado para esta investigação, foi necessário proceder à validação do mesmo. Para tal, o mesmo foi distribuído por seis pessoas externas que prontamente se disponibilizaram a colaborar e pudemos verificar que as questões eram claras, uma vez que foram compreendidas da mesma maneira pelos respondentes. No entanto, também foi constatado que uma das questões se repetia, sendo posteriormente eliminada. Assim, validado o questionário, procedemos à divulgação do mesmo, pelo meio acima indicado.

##### **4.1. Análise e Tratamento dos dados**

Tendo em conta que o estudo é essencialmente de cariz quantitativo, a análise dos dados desta investigação, teve como base o método de Estatística Descritiva e Estatística Inferencial. Assim apresentamos um conjunto de medidas e representações gráficas que permitem descrever sucintamente os dados, bem como, fazer comparações entre os mesmos, tendo estes sido tratados através do programa *software IBM SPSS vs.23 - Statistical Package for the Social Sciences* (Tuckman, 2005).

## 5. Resultados

**Tabela 1:**

<b>Na sua opinião, Portugal deve continuar a acolher refugiados.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	7	3.3
Discordo	10	4.7
Não discordo nem concordo	22	10.4
Concordo	102	48.1
Concordo totalmente	71	33.5
Total	212	100

No que diz respeito à primeira questão do instrumento utilizado para o estudo, como podemos constatar na tabela 1, do total dos 212 inquiridos, a maioria (81,8%) concorda com o acolhimento dos refugiados. Dentro do nível de concordância, 33,5% (N =71) concordam totalmente e 48,1% (N = 102) apenas concordam. Contudo, constatamos que uma percentagem mínima (8%) discorda, sendo que 3,3% (N= 7) discorda totalmente e 4,7% (N= 10) apenas discorda.

**Tabela 2:**

<b>Na sua opinião, Portugal deve continuar a acolher refugiados independentemente do grupo étnico a que pertencem.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	6	2.8
Discordo	16	7.5
Não discordo nem concordo	19	9.0
Concordo	94	44.3
Concordo totalmente	77	36.3
Total	212	100

Questionados se o acolhimento dos refugiados deve acontecer independentemente do grupo étnico a que pertencem, de acordo com a tabela 2, percebemos que uma elevada percentagem (80,6 %) mostra concordar, dividindo-se entre 36,3% (N =77) que concordam totalmente e 44,3% (N= 94) que concordam. Porém, verificamos que uma minoria (10,3%) discorda, sendo que 2,8% (N= 6) discorda totalmente e 7,5% (N= 16) apenas discorda.

***Tabela 3:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve continuar a acolher refugiados independentemente do país de origem a que pertencem.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	7	3.3
Discordo	22	10.4
Não discordo nem concordo	18	8.5
Concordo	90	42.5
Concordo totalmente	75	35.4
Total	212	100

Quando questionados se a aceitação dos refugiados deve acontecer independentemente do país de origem a que pertencem, concluímos através da tabela 3 que os inquiridos se encontram novamente mais favoráveis à aceitação do acolhimento. Assim sendo, que 42,5% (N= 90) concordam e 35,4% (N= 75) concordam totalmente. No entanto, a nível de discordância, verificamos que 13,7% dos inquiridos apresentam uma atitude desfavorável ao acolhimento e destes apenas 3,3% /N=7) discordam totalmente.

***Tabela 4:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve continuar a acolher refugiados independentemente da religião a que pertencem.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	7	3.3
Discordo	22	10.4
Não discordo nem concordo	21	9.9
Concordo	83	39.2
Concordo totalmente	79	37.3
Total	212	100

Procuramos também saber se os portugueses são favoráveis ao acolhimento independentemente da religião a que os refugiados pertencem. Assim, constatamos, na tabela 4, que a generalidade dos portugueses não encara a religião como um obstáculo ao acolhimento, visto que 76,5% dos inquiridos responderam favoravelmente. Dentro destes 76,5%, verificou-se que 37,3% (N= 79) concordam totalmente, e 39,2% (N= 83) concorda que a religião não deve ser um obstáculo. No que concerne ao nível de discordância, este é bastante inferior, correspondendo apenas a 13,7%.

***Tabela 5:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve dar preferência a refugiados com uma cultura semelhante à portuguesa.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	47	22.2
Discordo	65	30.7
Não discordo nem concordo	38	17.9
Concordo	44	20.8
Concordo totalmente	18	8.5
Total	212	100

De acordo com os dados recolhidos na tabela 5, 29,3% dos inquiridos dizem dar preferência a refugiados de países com uma cultura semelhante à portuguesa. Contudo, a maioria dos inquiridos (52,9%) mostra que o fator cultura não é um impedimento para a aceitação de refugiados. Do total de 52,9%, 30,7% (N= 65) discordam da afirmação inicialmente colocada, e 22,2% (N= 47) discordam totalmente.

***Tabela 6:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve acolher refugiados de países africanos.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	9	4.2
Discordo	11	5.2
Não discordo nem concordo	27	12.7
Concordo	99	46.7
Concordo totalmente	66	31.1
Total	212	100

De acordo com a tabela 6 relativa ao acolhimento de refugiados de países africanos, verificamos que a maioria dos participantes (77,8%) respondeu positivamente. Destes, 46,7% (N= 99) concordam e 31,1% (N= 66) concordam totalmente. Porém, uma percentagem mínima (9,4%) não aceita a presença de refugiados oriundos de países africanos, pois 5,2% (N= 11) discordam e 4,2% (N= 9) discordam totalmente.



***Tabela 7:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve acolher refugiados de países do médio oriente.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	11	5.2
Discordo	21	9.9
Não discordo nem concordo	34	16.0
Concordo	83	39.2
Concordo totalmente	63	29.7
Total	212	100

Analisando a tabela 7, percebemos que 68,9% dos inquiridos concorda que Portugal acolha refugiados de países do médio oriente, sendo 39,2% (N= 83) os que concordam e 29,7% (N= 63) que concordam totalmente. Sobre esta questão, 15,1% dos inquiridos mostram discordância.

***Tabela 8:***

<b>Na sua opinião, Portugal deve dar preferência a refugiados que não sejam muçulmanos.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	82	38.7
Discordo	69	32.5
Não discordo nem concordo	30	14.2
Concordo	22	10.4
Concordo totalmente	9	4.2
Total	212	100

Quanto ao acolhimento de refugiados muçulmanos em Portugal, verificou-se através da tabela 8, que uma elevada percentagem dos inquiridos (71,2%) parece não considerar que “ser muçulmano” seja um obstáculo ao acolhimento. No entanto, 14,6 % considera que Portugal deve dar preferência a refugiados que não sejam muçulmanos. Destes 14,6 %, 10,4% (N= 22) concordam e 4,2% (N=9) concordam totalmente que se deve dar preferência a refugiados “não muçulmanos”.

***Tabela 9:***

<b>Na sua opinião, Portugal só deve aceitar receber refugiados do médio oriente que sejam cristãos.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	94	44.3
Discordo	72	34.0
Não discordo nem concordo	29	13.7
Concordo	10	4.7
Concordo totalmente	7	3.3
Total	212	100

Através da análise da tabela 9, foi possível perceber que a maioria dos participantes (78,3%) deste estudo, discorda que o acolhimento de refugiados do médio oriente, em Portugal, inclua apenas cristãos. Destes 78,3%, 34% (N=72) discorda e 44,3% (N= 94) discorda totalmente que Portugal acolha apenas refugiados do médio oriente, que sejam cristãos. Constatamos ainda que apenas 8% dos participantes concorda com a questão enunciada.

***Tabela 10:***

<b>Na sua opinião, Portugal só deve acolher refugiados sírios.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	101	47.6
Discordo	79	37.3
Não discordo nem concordo	25	11.8
Concordo	4	1.9
Concordo totalmente	3	1.4
Total	212	100

Perante os dados representados na tabela 10, uma elevada percentagem dos inquiridos (84,9%) não concorda que o acolhimento, em Portugal, se deva centrar apenas nos refugiados sírios. Tal facto verifica-se na percentagem de 37,3% (N=79) que discorda e 47,6% (N=101) que discorda totalmente. Conclui-se que 3,3% dos inquiridos concordam que Portugal só deve acolher refugiados sírios.

***Tabela 11:***

<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses são favoráveis ao acolhimento de refugiados em Portugal.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	4	1.9
Discordo	50	23.6
Não discordo nem concordo	62	29.2
Concordo	91	42.9
Concordo totalmente	5	2.4
Total	212	100

No que concerne ao consentimento do acolhimento de refugiados, foi concluído através da tabela 11 que, os participantes do estudo consideram, na sua maioria (45,3%), que os cidadãos portugueses são favoráveis ao acolhimento. Dentro do nível de concordância, estimou-se que 42,9% (N= 91) concordam e 2,4% (N= 5) concordam totalmente que os cidadãos portugueses são favoráveis ao acolhimento de refugiados. É pertinente realçar nesta questão, uma percentagem relevante de 29, 2% (N= 62), que não se posicionou a nível de concordância ou discordância, relativamente à pergunta em causa.

***Tabela 12:***

<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses respeitam os costumes e tradições dos refugiados.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	6	2.8
Discordo	42	19.8
Não discordo nem concordo	66	31.1
Concordo	91	42.9
Concordo totalmente	7	3.3
Total	212	100

Relativamente ao respeito pelos costumes e tradições da população refugiada, como se pode verificar na tabela 12, uma elevada percentagem dos participantes (46,2%), considera que os cidadãos portugueses respeitam os costumes e tradições da população refugiada. Dentro dos 46,2%, pudemos identificar que 42,9% (N= 91) concordam e 3,3% (N= 7) concordam totalmente. No entanto, é de realçar a percentagem de 31,1% (N= 66) que não se posicionou face à questão colocada.

***Tabela 13:***

<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses estão a ser prejudicados com o acolhimento de refugiados.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	49	23.1
Discordo	86	40.6
Não discordo nem concordo	61	28.8
Concordo	10	4.7
Concordo totalmente	6	2.8
Total	212	100

Perante os resultados representados na tabela 13, verificou-se que a maioria dos participantes (63,7%) discorda que os cidadãos portugueses estejam a ser prejudicados com o acolhimento de refugiados, sendo que dentro dessa percentagem, 23, 1% (N= 49) discordam totalmente e 40,6% (N= 86) discordam apenas. Porém, verifica-se novamente uma elevada percentagem de participantes (28,8%, N= 61), que refere não ter opinião relativamente à questão.

***Tabela 14:***

<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses procuram ajudar na integração de refugiados nas suas comunidades.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	5	2.4
Discordo	36	17.0
Não discordo nem concordo	79	37.3
Concordo	86	40.6
Concordo totalmente	6	2.8
Total	212	100

No que concerne a seguinte questão, sobre se os cidadãos portugueses procuram ajudar na integração de refugiados nas suas comunidades, podemos constatar através da tabela 14, que os participantes do estudo consideram, maioritariamente (43,4%), que os cidadãos portugueses prestam esse auxílio. Posto isso, 40,6% (N= 86) respondeu que concorda e 2,8% (N= 6) concordam totalmente. Verifica-se novamente uma significativa percentagem de 37,3% (N= 79) que não concorda nem discorda com a questão colocada.

***Tabela 15:***

<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal estão bem integrados na sociedade portuguesa.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	6	2.8
Discordo	48	22.6
Não discordo nem concordo	109	51.4
Concordo	48	22.6
Concordo totalmente	1	0.5
Total	212	100

De acordo com os dados representados na tabela 15, conclui-se que em relação à integração dos refugiados, na sociedade portuguesa, a maioria dos inquiridos (51,4%; N= 109) não concorda nem discorda em relação à integração dos mesmos. No entanto, constatou-se uma relevante percentagem (25,4%) que não concorda que os refugiados acolhidos em Portugal estejam bem integrados na sociedade portuguesa. Dentro dos 25,4%, 2,8% (N= 6) discordam totalmente e 22,6% (N= 48) discordam apenas. Os restantes participantes (23,1%) concordam que a população refugiada já acolhida está bem integrada na sociedade portuguesa.

***Tabela 16:***

<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal têm uma atitude positiva face aos portugueses.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	4	1.9
Discordo	21	9.9
Não discordo nem concordo	105	49.5
Concordo	78	36.8
Concordo totalmente	4	1.9
Total	212	100

Através da análise da tabela 16, verificou-se novamente que a maior parte dos participantes (49,5%; N=105), desconhece a atitude dos refugiados relativamente aos cidadãos portugueses. No entanto, podemos também constatar que 36,8% (N=78) concordam e 1,9% (N= 4) concordam totalmente que os refugiados acolhidos têm uma atitude positiva face aos cidadãos portugueses, contrariamente aos 11,8% que discordam com a questão.

***Tabela 17:***

<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal têm uma atitude positiva face ao país de acolhimento.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	3	1.4
Discordo	27	12.7
Não discordo nem concordo	95	44.8
Concordo	83	39.2
Concordo totalmente	4	1.9
Total	212	100

Em concordância com os resultados da questão exposta anteriormente, pode-se comprovar através da tabela 17, que a maioria dos participantes (44,8%; N= 95), não concorda nem discorda, que os refugiados acolhidos em Portugal tenham uma atitude positiva face ao país de acolhimento. Porém, constata-se que existe uma percentagem significativa (41,1%) de inquiridos, que concordam que os refugiados já acolhidos têm uma atitude positiva face a Portugal. Destes 41,1%, podemos verificar que 39,2% (N=83) concordam e 1,9% (N=4) concordam totalmente com a afirmação.

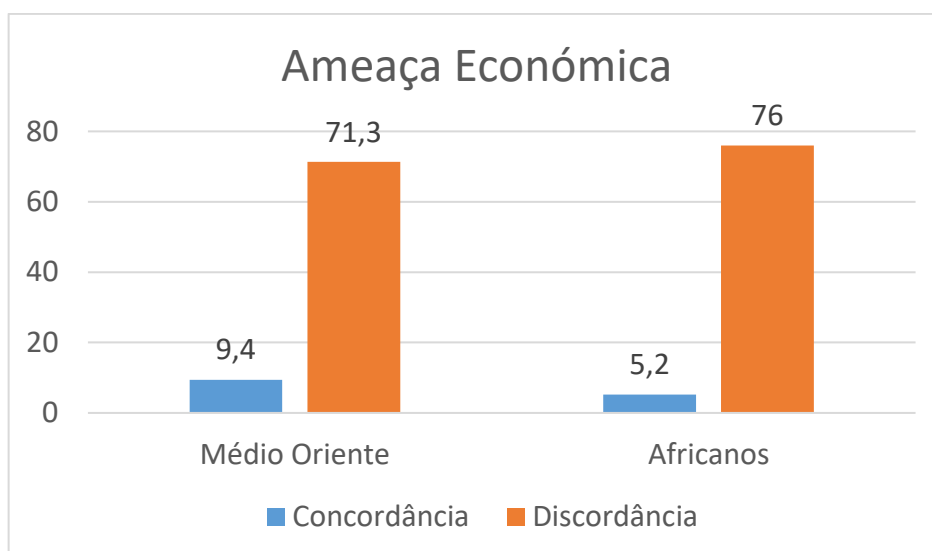
***Tabela 18:***

<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal são respeitadores dos costumes e cultura portuguesa.</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Discordo totalmente	8	3.8
Discordo	28	13.2
Não discordo nem concordo	103	48.6
Concordo	69	32.5
Concordo totalmente	4	1.9
Total	212	100

No que concerne os costumes e cultura portuguesa, verificou-se através dos dados representados na tabela 18, que existe uma elevada percentagem de participantes (48,6%; N= 103) que não concordam nem discordam relativamente ao respeito que os refugiados têm face aos costumes e cultura portuguesa. No entanto, pode constatar-se também que 34,4% dos participantes concordam, contrariamente aos 17% de participantes que discordam que os refugiados sejam respeitadores.

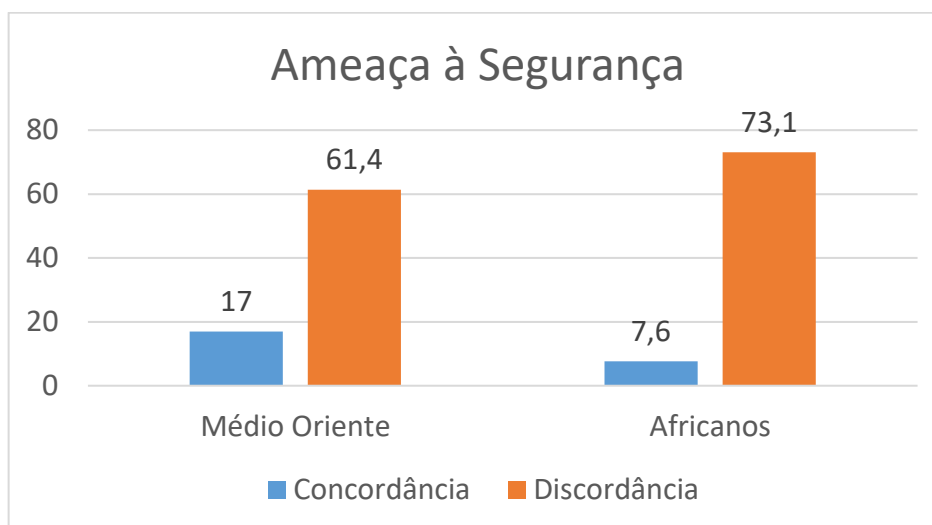
Relativamente aos últimos grupos de questões do instrumento, procuramos perceber que tipo de ameaças é que os portugueses sentem, relativamente à presença dos refugiados oriundos de África e Médio Oriente, em Portugal. Assim, a nível das ameaças enunciámos/identificámos quatro tipos fundamentais: *económico*; *segurança*; *cultural e religioso*. Da análise dos resultados, constatamos através da (s) figura (s) 1,2,3, e 4, no que diz respeito ao tipo de ameaças que os portugueses sentem, que existe uma percentagem considerável de participantes que não considera os refugiados oriundos de África e Médio Oriente como uma ameaça a nível *económico*, *religioso*, *cultural*, nem de *segurança*.

Figura 1:



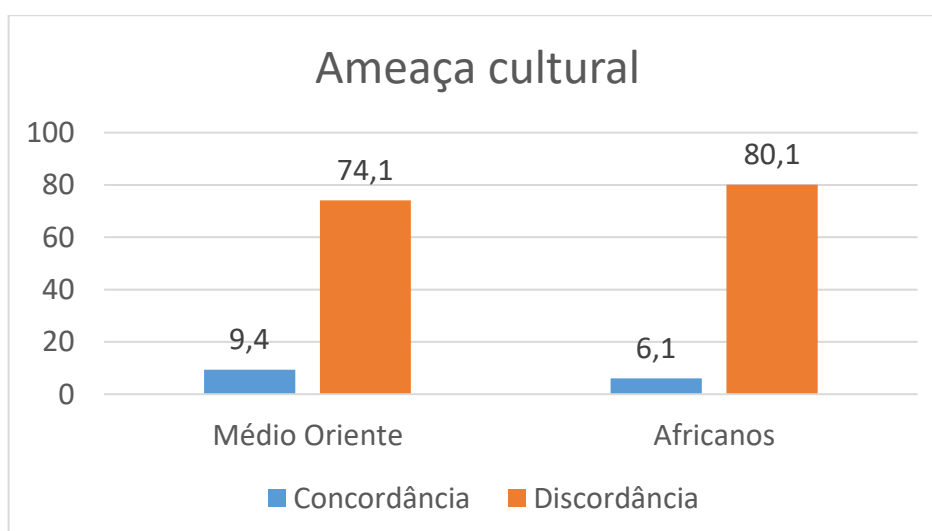
Assim sendo, a nível *económico*, constatamos, através da análise da figura 1, que em relação aos refugiados africanos, 76% ( $n=161$ ) dos participantes discordam. Contudo, existe uma minoria de 5,2% ( $n=11$ ) a concordar que a presença dos refugiados africanos representa uma ameaça. No que diz respeito aos refugiados do médio oriente, verificou-se que, tal como se pode constatar na figura X, a maioria (71,3%;  $n=151$ ) discorda que esta população seja representativa de uma ameaça a nível económico. Porém, comprovou-se que existe uma percentagem de 9,4% ( $n=20$ ) inquiridos, que mostra concordar.

Figura 2:



Quanto à *segurança*, apuramos através da figura 2 que a maioria dos participantes se situa na discordância (73,1%;  $n=155$ ), sendo que 7,6% ( $n=16$ ) concorda que os refugiados africanos sejam uma ameaça a esse nível. Posto isso, verificou-se também que no que concerne a presença de refugiados do médio oriente, 61,4% ( $n=130$ ) discordam e 17% ( $n=36$ ) concordam que os mesmos representem ameaças a nível de segurança.

Figura 3:

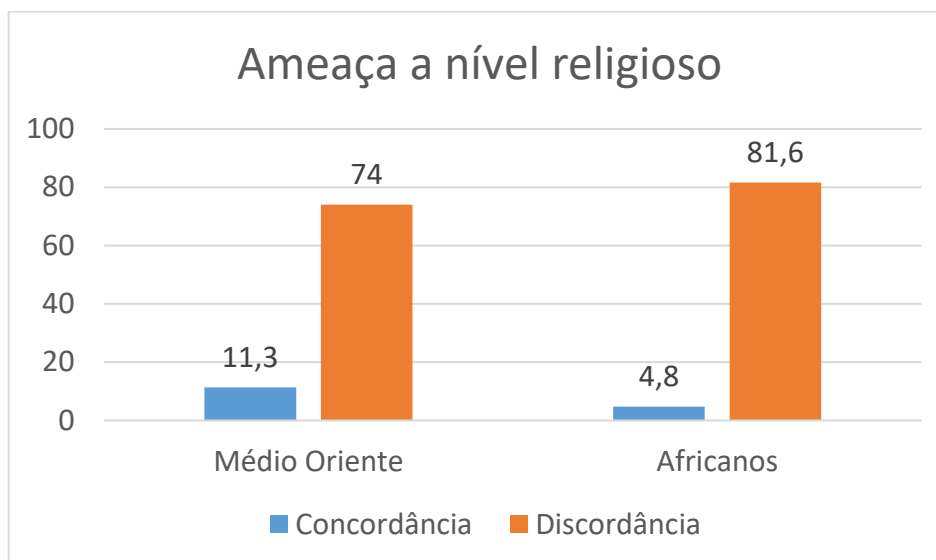


No que à *ameaça cultural* diz respeito, constatou-se através da figura 3 que em relação aos refugiados africanos, 80,1% ( $n=170$ ) dos participantes discorda que estes sejam representativos de ameaças a nível cultural, sendo que existe uma percentagem de 6,1% ( $n=13$ )



a concordar. Relativamente aos resultados apurados perante os refugiados do médio oriente, 74,1% ( $n=157$ ) dos participantes discordam e uma minoria de 9,4% ( $n=20$ ) concordam.

Figura 4:



Por fim, constatou-se pela figura 4 que em relação a ameaças sentidas a nível *religioso*, 81,6% ( $n=173$ ) discordam e 4,8% ( $n=10$ ) concordam que os refugiados africanos sejam representativos da mesma. Para além disso, no que diz respeito aos refugiados do médio oriente, verificou-se que a maioria (74%;  $n=157$ ) também se encontra na discordância, contrariamente aos 11,3% ( $n=24$ ) que concordam que estes representem ameaças a nível religioso.

Após a análise descritiva dos resultados, procedemos a uma análise inferencial, visto que esse método estatístico permite-nos conceber conclusões acerca da população-alvo anteriormente referida, tendo como base os resultados obtidos na amostra designada a partir dessa mesma população (Tuckman, 2005).

Esta segunda etapa do processo tem como objetivo comparar respostas intra-sujeitos, através da utilização de testes de diferenças, que permitem explorar a existência de diferenças entre grupos independentes (*design inter-sujeitos*), tornando-se importante referir que as variáveis independentes são aquelas que definem a pertença aos grupos em comparação. Posto isto, procedeu-se à utilização do Teste de Mann-Whitney (*Mann-Whitney Test, U*) que nos permite comparar dois grupos independentes (Tuckman, 2005).

*Tabela 1: Diferenças ao nível das atitudes face ao acolhimento de refugiados, em função da convivência, ou não, com os mesmos.*

<b>Convivência com Refugiados</b>			
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	
<b>Na sua opinião, Portugal deve continuar a acolher refugiados.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	36,09	24,12	258,50**
<b>Na sua opinião, Portugal deve acolher refugiados independentemente do grupo étnico a que pertencem.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	36,34	23,87	251,00**
<b>Na sua opinião, Portugal deve acolher refugiados independentemente do país de origem a que pertencem.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	36,81	23,42	237,50***
<b>Na sua opinião, Portugal deve acolher refugiados independentemente da religião a que pertencem.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	36,86	23,37	236,00***
<b>Na sua opinião, Portugal deve aceitar receber refugiados do médio oriente que sejam cristãos.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	25,71	34,15	310,50*

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$

De acordo com a figura 1, verificam-se diferenças significativas relativamente continuação do acolhimento, comparativamente à convivência ( $U = 258,50$ ;  $p = 0,005$ ), sendo que o grupo que conviveu posiciona-se mais favoravelmente. Também se constata diferenças significativas no que diz respeito ao grupo étnico a que os refugiados pertencem ( $U = 251,00$ ;  $p = 0,003$ ), bem como ao país de origem dos mesmos ( $U = 237,50$ ;  $p = 0,001$ ), e a convivência. O mesmo se conclui em relação à religião a que pertencem ( $U = 236,00$ ;  $p = 0,001$ ), bem como ao acolhimento de refugiados do médio oriente que sejam cristãos ( $U = 310,50$ ;  $p = 0,042$ ), comparativamente com a convivência.

*Tabela 2: Diferenças ao nível das atitudes face ao acolhimento de refugiados, em função da convivência, ou não, com os mesmos.*

<b>Convivência com Refugiados</b>			
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	
	( <i>n</i> = 29)	( <i>n</i> = 30)	<i>U</i> (59)
	Ordem Média	Ordem Média	
<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses são favoráveis ao acolhimento de refugiados em Portugal.</b>	34,38	25,77	308,00*
	( <i>n</i> = 29)	( <i>n</i> = 30)	<i>U</i> (59)
	Ordem Média	Ordem Média	
<b>Na sua opinião, os cidadãos portugueses estão a ser prejudicados com o acolhimento de refugiados.</b>	25,26	34,58	297,50*
	( <i>n</i> = 29)	( <i>n</i> = 30)	<i>U</i> (59)
	Ordem Média	Ordem Média	
<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal têm uma atitude positiva face aos portugueses.</b>	35,45	24,73	277,00**
	( <i>n</i> = 29)	( <i>n</i> = 30)	<i>U</i> (59)
	Ordem Média	Ordem Média	
<b>Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal são respeitadores dos costumes e cultura portuguesa.</b>	35,12	25,05	286,50*

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$

Através da análise da figura 2, verificam-se diferenças significativas ( $U = 308,00$ ;  $p = 0,042$ ) no que diz respeito à opinião dos portugueses serem favoráveis ao acolhimento de refugiados, bem como à opinião sobre estarem a ser prejudicados com o mesmo ( $U = 297,50$ ;  $p = 0,029$ ), comparativamente à convivência. No que diz respeito a uma atitude positiva dos refugiados face aos portugueses, também se verificam diferenças significativas em relação à convivência ( $U = 277,00$ ;  $p = 0,008$ ). Por fim, também se apontaram diferenças significativas ( $U = 286,50$ ;  $p = 0,015$ ) em relação à opinião de os refugiados serem respeitadores dos costumes e culturas.

*Tabela 3: Diferenças ao nível das atitudes face ao acolhimento de refugiados, em função da convivência, ou não, com os mesmos.*

<b>Convivência com Refugiados</b>			
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	
<b>Na sua opinião, os refugiados de países africanos constituem uma ameaça a nível cultural.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	25,52	34,33	305,00*
<b>Na sua opinião, os refugiados de países do médio oriente constituem uma ameaça a nível económico.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	25,14	34,70	294,00*
<b>Na sua opinião, os refugiados de países do médio oriente constituem uma ameaça a nível cultural.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	25,24	34,60	297,00**
<b>Na sua opinião, os refugiados de países do médio oriente constituem uma ameaça a nível religioso.</b>	(n = 29) Ordem Média	(n = 30) Ordem Média	U (59)
	25,45	34,40	303,00*

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$

Perante os resultados apresentados na figura 3, conclui-se que existem diferenças significativas em relação a refugiados de países africanos constituírem uma ameaça a nível cultural ( $U = 3015,00$ ;  $p = 0,026$ ), sendo que os sujeitos que conviveram diretamente têm um posicionamento mais favorável. O mesmo se verifica em relação ao fato de os refugiados de países de médio oriente constituírem uma ameaça a nível económico ( $U = 294,00$ ;  $p = 0,024$ ), cultural ( $U = 297,00$ ;  $p = 0,024$ ) e religioso ( $U = 303,00$ ;  $p = 0,030$ ), sendo que existem diferenças significativas, comparativamente à convivência dos sujeitos com os refugiados.

## 6. Discussão

A presente investigação focou-se essencialmente em tentar perceber quais as atitudes de uma amostra de cidadãos portugueses relativamente ao acolhimento de refugiados. De acordo com as informações recolhidas através do questionário utilizado para a participação neste estudo e a literatura exposta no enquadramento teórico, serão discutidos os resultados que mostraram ter maior pertinência para a presente investigação. Posto isto, iniciámos a discussão a responder à primeira questão do estudo que se foca em explorar a forma como o acolhimento de refugiados é percecionado em Portugal. Segundo o European Social Survey, em 2017, foi possível averiguar que 56% da população portuguesa revela ter atitudes mais favoráveis à imigração, sendo que os restantes 44% se posicionam mais desfavoravelmente (European Social Survey, 2017). Através dos resultados obtidos na presente investigação, podemos encontrar semelhanças significativas entre as atitudes a favor da imigração e as atitudes a favor do acolhimento de refugiados, visto que, a maioria dos participantes, quando questionados diretamente acerca do acolhimento de refugiados em Portugal, demonstraram ser maioritariamente favoráveis ao mesmo. No entanto, segundo Lubbers and Coenders (2017), dentro de alguns países da União Europeia, é comum os cidadãos dos países anfitriões, percecionarem os imigrantes como uma ameaça às suas comunidades, sendo que essa ameaça poderá levar atitudes negativas em relação à integração (Lubbers and Coenders, 2017). Segundo Hatton (2015) a opinião pública relativamente à integração de refugiados é cada vez mais positiva, contrariamente à posição em relação a imigrantes ilegais. No que concerne os imigrantes ilegais, o autor destacou que estes se tratam de migrantes, que por algum motivo, são impedidos de entrar nos países de acolhimento, e ao não obterem reconhecimento para direitos de asilo ou o estatuto de refugiado, permanecem como imigrantes ilegais (Hatton, 2015). Estas diferenças de opinião, bem como as possíveis ameaças sentidas relativamente à integração, leva-nos à segunda questão deste estudo, que se prende em explorar os tipos de ameaças mais percecionados em relação ao acolhimento de refugiados. Os resultados obtidos suportaram a ideia de que as perceções sentidas em relação à economia e segurança (*ameaças realistas*), em Portugal, representam níveis mais altos de ameaça e consequentemente, são mais influenciadoras das atitudes perante a integração de população refugiada, comparativamente às ameaças a nível religioso e cultural (*ameaças simbólicas*). Estes resultados vão de encontro ao postulado pela *Theory of prejudice*, descrita no enquadramento teórico do presente trabalho de investigação. De acordo com esta teoria, de entre as ameaças que podem ser consideradas como influenciadoras de atitudes de preconceito e estereótipos, as *ameaças realistas*, que se

estabelecem quando existe a possibilidade de perigo em relação ao bem-estar da maioria (Schweitzer, Perkoulidis, Krome, Ludlow, & Ryan, 2005), são os melhores preditores das atitudes pejorativas em relação ao acolhimento de refugiados, sendo que este fenómeno pode ser explicado pelo fato de este tipo de ameaça influenciar diretamente a população nas comunidades de acolhimento, desde a economia até à segurança física e, consequentemente, o bem-estar da comunidade (Murray & Marx, 2013). Para além disso, foi também concluído que existem diferenças a nível do tipo e grau de ameaça percebida pelos participantes em função a proveniência dos refugiados. Perante refugiados provenientes do Médio Oriente, foram encontrados níveis mais alto de ameaça, em todas que foram anteriormente mencionadas, sendo que estes resultados poderão estar relacionados com atitudes de maior preconceito e estereótipos em relação a este grupo específico. As sociedades sustentam-se com conteúdos obsoletos de representações sociais, que as ajudam a uma melhor compreensão do funcionamento da mesma, sendo que estes conteúdos podem incutir atitudes de estigmatização e discriminação contra determinados grupos (Hanson-Easey & Moloney, 2009). Estas diferenças encontradas entre os países de onde a população refugiada é oriunda, é um fator pertinente e merecedor de atenção, que deveria ser tido em consideração para futuros estudos acerca do acolhimento e para pensar as políticas de integração de refugiados. Neste sentido, se as atitudes de quem acolhe podem ser influenciadas pela cultura de origem dos indivíduos a acolher, a promoção do contato e interação entre locais e refugiados poderá ajudar a combater estereótipos e percepções de ameaça de parte a parte (Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006). Outro dos objetivos deste estudo passava, precisamente, por explorar de que forma é que a convivência com refugiados pode influenciar as atitudes dos cidadãos portugueses. Os resultados desta investigação apoiam a *Contact Theory* (Allport, 1954), no sentido em que havendo oportunidade de contato e comunicação entre os indivíduos dos diferentes grupos, há uma maior facilitação na compreensão do outro, podendo existir uma redução do preconceito e o aumento de atitudes positivas (Allport, 1954). Perante os resultados obtidos, foi percebido que o grupo de sujeitos que conviveu diretamente com refugiados posiciona-se mais favoravelmente em relação ao acolhimento, independentemente de determinadas características dos acolhidos, como sejam o país de origem, a religião, ou o grupo étnico a que pertencem. O contato entre diferentes grupos pode ajudar a promover relações intergrupais, podendo levar a desenvolvimentos e avanços a nível dos processos de acolhimento e integração, principalmente em comunidades de menores dimensões, visto ser nestas que pode existir uma maior probabilidade de interação direta com a comunidade de acolhimento (Hynie, 2018). Tendo em conta as existentes atitudes e opiniões pejorativas perante os requerentes de

asilo, estes necessitam de uma mudança significativa a nível de retóricas políticas e nos *media*, visto que estes têm vindo a desempenhar um papel central e pertinente em criar e manter determinadas atitudes públicas negativas (McKay, Thomas & Kneebone, 2011).

## **7. Conclusões e Limitações**

Nos dias correntes, principalmente desde a emergência massiva de pessoas deslocadas em 2015, este fenómeno obriga a que exista uma consciencialização acerca da temática dos “refugiados”, visto que se tornou extremamente necessário promover a criação e renovação de soluções mais estáveis, ou até mesmo permanentes. Estas soluções podem ser criadas partindo da investigação acerca do acolhimento e integração, já existente nos países anfitriões, sendo que a integração deveria englobar, implicitamente, uma maior inclusão, contato e comunicação entre os diferentes grupos (Hynie, 2018). A literatura suporta a ideia de que o impacto das políticas de acolhimento, tanto a nível de apoio ou impedimento da integração, afeta inevitavelmente os contextos sociais, sendo que também influencia, ainda que não intencionalmente, as atitudes dos cidadãos anfitriões, mais especificamente em termos de atitudes de preconceito e estereótipos, podendo dar origem a crenças disfuncionais que impedem os cidadãos anfitriões a conviverem voluntariamente com refugiados (Hynie, 2018). Para além disso, estes impedimentos que acontecem com as políticas acolhimento, também geram problemas na determinação do estatuto de refugiado, o que influencia também as crenças disfuncionais acerca dos mesmos, tornando a aceitação ao acolhimento, um processo gradual (Hatton, 2015).

O presente estudo focou-se em explorar as atitudes existentes em relação acolhimento, e de acordo com os objetivos propostos, foi possível verificar que a maioria dos participantes considera que ao acolhimento é aceite. Concluiu-se que os fatores que estão mais associadas a atitudes negativas em relação aos refugiados, são as ameaças realistas, que afetam diretamente a estabilidade dos cidadãos portugueses, sendo estas as ameaças sentidas em relação à economia e em relação à segurança. Assim, a presente investigação, pode ajudar a contribuir a perceber e posteriormente, desconstruir determinadas atitudes e comportamentos face aos refugiados. Para além disso, resultados suportam e contribuem para a perspetiva de que o incentivo da convivência e interação com refugiados, ajuda reduzir os níveis de preconceito e, conseqüentemente, a aumentar as atitudes positivas, visto ter sido constatado, que a

convivência, influencia positivamente a níveis de aceitação a nível de acolhimento (Allport, 1954). Para além disso, foram encontradas diferenças a nível de características de refugiados, como o país de origem, que influenciam diretamente as atitudes, sendo que estes resultados contribuem para a elaboração de novos estudos acerca desta temática. Porém, é importante realçar que as respostas dos participantes, bem como as atitudes da população portuguesa no geral, podem sofrer enviesamentos, como por exemplo, a nível de *desejabilidade social*, que tem como base negação de pontos de vista pessoais que podem ser percebidos de forma negativa pela sociedade em geral, sendo que para contrariar isso, os sujeitos tendem a adotar pontos de vista que são mais socialmente aceites (Nederhof, 1985).

Como uma das limitações deste estudo, podemos realçar o fato de a investigação científica em Portugal, relativamente ao acolhimento de refugiado, ser bastante escassa, tornando a elaboração deste estudo, como uma necessidade relevante e pertinente. Neste sentido, devido à escassez de investigação e recursos científicos, tornou-se mais vantajoso fazer um estudo quantitativo, sendo que o objetivo seria alcançar uma amostra mais alargada e abrangente.

Em termos conclusivos, torna-se extremamente necessário continuar a desenvolver investigação acerca desta temática, principalmente porque ser refugiado não é uma opção voluntária. É viver em condições de extrema vulnerabilidade física e emocional, em que estes necessitam recorrentemente de ajuda externa para a sua sobrevivência. Esta é uma questão humanitária de grandes dimensões e que afeta não só os refugiados, mas a população em geral. Neste sentido, as políticas mais promissoras que apoiam a integração e o acolhimento são aquelas que desafiam os estereótipos e incentivam à construção de relações positivas entre os membros das comunidades e os refugiados. Incentiva-se a um acolhimento, onde todos se sintam bem-vindos.



## 8. Referências Bibliográficas

Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) (2018). Consultado em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt).

Allport, G. W. (1954). *The Nature of Prejudice*. Cambridge: Perseus Books.

Alto Comissariado para as Migrações (2018). Consultado em: <https://www.acm.gov.pt/pt/acm>.

Aziz, N. A., Monzini, P., & Pastore, F. (2015). *Changing dynamics of cross-border human smuggling and trafficking in the Mediterranean*. Rome: IA.

Bansak, K., Hainmueller, J., & Hangartner, D. (2016). How economic, humanitarian, and religious concerns shape European attitudes toward asylum seekers, *Science*, 362(6421), 217–22. doi: 10.1126/science.aag2147.

Ben-Nun Bloom, P., Arikian, G., & Lahav, G. (2015). The Effect of Perceived Cultural and Material Threats on Ethnic Preferences in Immigration Attitudes. *Ethnic and Racial Studies* 38(10), 1760–1778. doi: 10.1080/01419870.2015.1015581.

Bordignon, M., & Moriconi, S. (2017). The case for a common European refugee policy. *Policy contribution*.

Cameron, L., & Rutland, A. (2011). When and why does extended contact work? The role of high quality direct contact and group norms in the development of positive ethnic intergroup attitudes. *Group Processes & Intergroup Relations*, 14(193), 193-206. doi: 10.1177/1368430210390535. '

Cameron, L., Rutland, A., & Brown, R. (2006). Children's Intergroup Attitudes Toward Refugees: Testing Different Models of Extended Contact. *Child Development*, 77(5), 1208-1219. doi: 10.1111/j.1467-8624.2006.00929.x.

Cameron, L., Rutland, A., & Brown, R. (2007). Promoting children's positive intergroup attitudes towards stigmatized groups: Extended contact and multiple classification skills training. *International Journal of Behavioral Development*, 31(5), 454-466. doi: 10.1177/0165025407081474.

Canetti, D., Snider, K., & Pederson, A. (2016). Threatened or Threatening? How Ideology Shapes Asylum Seekers Immigration Policy Attitudes in Israel and Australia. *Journal of Refugee Studies*. doi:10.1093/jrs/few012.

Cheong, P. H., Edwards, R., Goulbourne, H., & Solomos, J. (2007). Immigration, social cohesion and social capital: A critical review. *Critical Social Policy*, 27(1), 24-49. doi: 10.1177/0261018307072206.

Costa, B. F., & Teles, G. (2017). A Política de Acolhimento de Refugiados: Considerações Sobre o Caso Português. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(51), 29-46. doi: 10.1590/1980-85852503880005103.

Crawley, H. (2005). *Evidence on Attitudes to Asylum and Immigration: "What We Know, Don't Know and Need to Know"*. Consultado no website COMPAS – Migration Research at the University of Oxford: [https://www.compas.ox.ac.uk/2005/wp-2005-023-crawley\\_attitudes\\_asylum\\_immigration/](https://www.compas.ox.ac.uk/2005/wp-2005-023-crawley_attitudes_asylum_immigration/).

Dempster, H., & Hargrave, K. (2017). Understanding public attitudes towards refugees and migrants. Consultado no website ODI: <https://www.odi.org/publications/10826-understanding-public-attitudes-towards-refugees-and-migrants>.

Edmonds, W. & Kennedy, T. (2017). *An Applied Guide to Research Designs: Quantitative, Qualitative, and Mixed Method*. (2nd ed.). United States of America : SAGE Publications.

EUROPEAN SOCIAL SURVEY (2016). *Attitudes towards Immigration and their Antecedents: Topline Results from Round 7 of the European Social Survey*. Consultado em: [https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7\\_toplines\\_issue\\_7\\_immigration.pdf](https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7_toplines_issue_7_immigration.pdf).

Eurostat (2015). *Asylum applicants and first instance decisions on asylum applications: 2014*. Retrieved from: <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-data-in-focus/-/KS-QA-15-003>.

Haddad, E. (2004). “*Who is (not) a refugee?*”. European University Institute Working Paper SPS No. 2004/6.

Hanson-Easey, S., & Moloney, G. (2009). Social Representations of Refugees: Place of Origin as a Delineating Resource. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19, 506-514. doi: 10.1002/casp.1010.

Hatton, T. J, M & Moloney, J. (2015). Applications for asylum in the developed world: Modelling asylum claims by origin and destination. *Australian National University Working Papers in Economics and Econometrics*, 625, 227-254.

Hartley, L. K., & Pedersen, A. (2015). Asylum Seekers and Resettled Refugees in Australia: Predicting Social Policy Attitude from Prejudice versus Emotion. *Journal of Social and Political Psychology* 3(1), 179–197. doi: 10.5964/jspp.v3i1.476.

Helton, A. (2002). *The price of Indifference* (1<sup>st</sup> ed.). United States: Oxford University Press Inc., New York.

Hynie, M. (2018). Refugee Integration: Research and Policy. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 24(3), 265-276. doi: 10.1037/pac0000326.

Khan, A. W. (2013). Asylum Seekers/Refugees' Orientations to Belonging, Identity & integration into Britishness: Perceptions of the role of the mainstream and community press. *Observatorio Special Issue*, 153-179. doi: 10.15847/obsOBS002013668.

Kentmen- Cin, C., & Erisen, C. (2016). Anti-immigration attitudes and the opposition to European integration: A critical assessment. *European Union Politics*, 0 (0), 1-23. doi: 10.1177/1465116516680762.

Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P. & António, J. (2006). *Os Imigrantes e a população portuguesa*. Observatório de Imigração.

Levy, C. (2010). Refugees, Europe, Camps/State of Exception: "Into The Zone", The European Union and Extraterritorial Processing of Migrants, Refugees, and Asylum-Seekers (Theories and Practice). *Refugee Survey Quarterly*, 29(1), 92-119. doi: 10.1093/rsq/hdq013.

Lubbers, M., & Coenders, M. (2017) Nationalistic attitudes and voting for the radical right in Europe. *European Union Politics* 18(1). doi: 10.1177/1465116516678932.

Mckay, F. H., Thomas, S. L., & Kneebone, S. (2012) 'It Would Be Okay if They Came through the Proper Channels': Community Perceptions and Attitudes toward Asylum Seekers in Australia'. *Journal of Refugee Studies*, 25(1): 113–133. doi: 10.1093/jrs/fer010.

Murray, K. E., & Marx, D. M. (2013). Attitudes Toward Unauthorized Immigrants, Authorized Immigrants, and Refugees. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 19(3), 332-341. doi: 10.1037/a0030812.

Nagel, C. R., & Staeheli, L. A. (2008). Integration and the negotiation of 'here' and 'there': the case of British Arab activists. *Social Cultural Geography*, 9(4), 415-430. doi: 10.1080/14649360802069019.

Nederhof, A. (1985). Methods of coping with social desirability bias: a review. *European Journal of Social Psychology*, 15, 263-280.

Neuenhaus, M., & Aly, M. (2017). Empathy up. *Chi EA'17 Proceedings of the 2017 CHI Conference Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems*, 86-92.

Overseas Development Institute (2017). Consultado em: <https://www.odi.org/>.

Ramos, A., Louceiro, A., & Graça, J. (2006). *Migrações e Refugiados: Atitudes e percepções dos europeus*. Retrieved from: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/26525>

Rawlence, B. (2016). *City of Thorns: Nine Lives in the World's Largest Refugee Camp*. London: Portobello Books.

Scheve, K. F., & Slaughter, M. J. (2001). Labor Market Competition And Individual Preferences Over Immigration Policy. *The Review of Economics and Statistics*, 83(1), 133-145.

Schweitzer, R., Perkoulidis, S., Krome, S., Ludlow, C., & Ryan, M. (2005). Attitudes towards refugees: The dark side of prejudice in Australia. *Australian Journal of Psychology*, 57(3), 170-179. 10.1080/00049530500125199.

Semyonov, M., Raijman, R., & Gorodzeisky, A. (2006). The Rise of Anti-Foreigner Sentiment in European Societies, 1988–2000. *American Sociological Review* 71(3), 426–449. doi: 10.1177/000312240607100304.

Smyth, G., Stewart, E., & Lomba, S. D. (2010). Introduction: Critical Reflections on Refugee Integration: Lessons from International Perspectives. *Journal of Refugee Studies*, 23(4), 411-414. doi: 10.1093/jrs/feq043.

Sousa, L., & Costa, P. M. (2016). *A Evolução do Direito de Asilo e Regimes de Proteção a Refugiados em Portugal (1975-2015)*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1996). Predicting Prejudice. *Internacional Journal of Intercultural Religion*, 20(3-4), 409-426. doi: 10.1016/0147-1767(96)00026-0.

Scheurmann, E. (2007). *O Papalagui*. Lisboa: SIG- Sociedade Industrial Gráfica.

Plataforma de Apoio a Refugiados (2018). Consultado em: <http://www.refugiados.pt/>.

Tumen, S. (2016). The economic impact of Syrian refugees on host countries: quasi experimental evidence from Turkey. *American Economic Review*, 106(5), 456–60. doi: 10.1257/aer.p20161065.

Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação: Como conhecer e realizar o processo de investigação em Educação*. (3<sup>rd</sup> ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

## 9. Anexos

### Atitudes de cidadãos portugueses face ao acolhimento de refugiados

#### Nota introdutória

O presente questionário surge no âmbito de um estudo sobre atitudes dos portugueses face ao acolhimento de refugiados que está a ser conduzido pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa. Solicitamos a sua colaboração através do preenchimento do mesmo (cerca de 15 minutos). A participação neste estudo é anónima e de carácter voluntário, sendo que os dados disponibilizados pelos participantes serão utilizados unicamente para fins de investigação.

#### 1. Informações sociodemográficas

##### 1. Data de Nascimento

\_\_\_\_\_

##### 2. Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

##### 3. Escolaridade:

- ☐ Ensino primário
- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Bacharelato
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

#### 4. Situação profissional:

- ☐ Estudante
- ☐ Empregado
- ☐ Desempregado
- ☐ Reformado

#### 5. Nacionalidade:

- ☐ Portuguesa
- ☐ Outra \_\_\_\_\_

#### 6. Convivência com refugiados

- ☐ Sim (Explique em que circunstâncias: e.g. voluntariado; relação de amizade)  
\_\_\_\_\_
- ☐ Não

Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, Portugal ...					
1. Deve continuar a acolher refugiados	1	2	3	4	5
2. Deve acolher refugiados independentemente do grupo étnico a que pertencem	1	2	3	4	5
3. Deve acolher refugiados independentemente do país de origem a que pertencem	1	2	3	4	5
4. Deve acolher refugiados independentemente da religião a que pertencem	1	2	3	4	5
5. Deve dar preferência a refugiados de países com uma cultura semelhante à portuguesa	1	2	3	4	5
6. Deve acolher refugiados de países africanos	1	2	3	4	5
6. Deve acolher refugiados de países do médio oriente	1	2	3	4	5
6. Deve dar preferência a refugiados que não sejam muçulmanos	1	2	3	4	5
7. Só deve aceitar receber refugiados do médio oriente que sejam cristãos	1	2	3	4	5
8. Só deve acolher refugiados sírios	1	2	3	4	5



Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, os cidadãos portugueses...					
1. São favoráveis ao acolhimento de refugiados em Portugal	1	2	3	4	5
2. Procuram ajudar na integração dos refugiados nas suas comunidades.	1	2	3	4	5
3. Respeitam os costumes e tradições dos refugiados	1	2	3	4	5
4. Estão a ser prejudicados com o acolhimento de refugiados.	1	2	3	4	5

Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, os refugiados acolhidos em Portugal...					
1. Estão bem integrados na sociedade portuguesa.	1	2	3	4	5
2. Têm uma atitude positiva face aos portugueses.	1	2	3	4	5
3. Têm uma atitude positiva face ao país de acolhimento.	1	2	3	4	5
4. São respeitadores dos costumes e cultura portuguesas.	1	2	3	4	5

Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, os refugiados de países africanos constituem...					
1. Uma ameaça a nível económico	1	2	3	4	5
2. Uma ameaça a nível de segurança	1	2	3	4	5
3. Uma ameaça a nível cultural	1	2	3	4	5
4. Uma ameaça a nível religioso	1	2	3	4	5

Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, os refugiados de países do médio oriente constituem...					
1. Uma ameaça a nível económico	1	2	3	4	5
2. Uma ameaça a nível de segurança	1	2	3	4	5
3. Uma ameaça a nível cultural	1	2	3	4	5
4. Uma ameaça a nível religioso	1	2	3	4	5

Indique quanto concorda/discorda com cada uma das afirmações usando a seguinte escala					
Classificações	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Não discordo nem concordo 3	Concordo 4	Concordo totalmente 5

Na sua opinião, os refugiados sírios constituem...					
1. Uma ameaça a nível económico	1	2	3	4	5
2. Uma ameaça a nível de segurança	1	2	3	4	5
3. Uma ameaça a nível cultural	1	2	3	4	5
4. Uma ameaça a nível religioso	1	2	3	4	5

Obrigado pela colaboração!